



Requerimento Nº 2194/2026

Súmula: Solicita informações do Executivo, junto a Secretaria competente, se existem estudos para elaboração de um **Plano Municipal de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos no Município de Itapevi**, visando à integração, ampliação e aperfeiçoamento das ações de prevenção, monitoramento, drenagem urbana, contenção de cheias, desassoreamento de rios e córregos, recuperação ambiental, sistema de alerta, resposta a emergências e proteção da população.

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do art. 193 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Marcos Ferreira Godoy, Prefeito Municipal, informações sobre a elaboração de um do **Plano Municipal de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos no Município de Itapevi**, para que, por intermédio dos setores competentes da Administração Municipal, especialmente a Defesa Civil e as Secretarias responsáveis pelas áreas de Obras, Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Planejamento, Saúde, Educação, Assistência Social, Esportes, Mobilidade Urbana e Comunicação, preste as informações e adote as providências necessárias quanto à elaboração, implantação, integração e/ou atualização de um Plano Municipal de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos no Município de Itapevi, contemplando os seguintes pontos:

I – DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

1. Informar se o Município possui atualmente planejamento específico e permanente voltado à **prevenção e combate às enchentes e alagamentos**, além do Plano de Contingência da Defesa Civil;
2. Informar se existe documento, programa, plano ou protocolo específico que estabeleça ações de prevenção, obras prioritárias, responsabilidades dos órgãos municipais e metas para redução dos riscos de enchentes e alagamentos;
3. Caso exista, informar a denominação, data de elaboração, data da última atualização e órgão responsável pelo referido planejamento;



4. Informar se existe previsão para elaboração, implantação ou atualização de um **Plano Municipal de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos**, com caráter permanente e integrado;
5. Informar quais Secretarias e órgãos municipais participam atualmente das ações de prevenção e resposta aos eventos relacionados às chuvas intensas.

II – DO MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO

1. Informar se existe levantamento atualizado das áreas sujeitas a enchentes, alagamentos, enxurradas, transbordamentos e deslizamentos no Município;
2. Informar quais são os principais pontos considerados críticos atualmente;
3. Informar se existe **mapeamento georreferenciado das áreas de risco**;
4. Informar com que periodicidade esse levantamento é atualizado;
5. Informar se existe histórico das ocorrências de enchentes e alagamentos registradas no Município;
6. Informar se existe cadastro dos imóveis, equipamentos públicos, escolas, unidades de saúde e demais estruturas localizadas em áreas consideradas de risco;
7. Informar se existem estudos para instalação de pluviômetros, sensores, câmeras ou outros equipamentos para monitoramento dos pontos críticos.

III – DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

1. Informar quais são os principais pontos do Município que apresentam insuficiência no sistema de drenagem;
2. Informar qual é a periodicidade de limpeza e desobstrução de bocas de lobo, galerias pluviais, sarjetas, canais e demais dispositivos de drenagem;
3. Informar se existe cronograma preventivo de limpeza dos sistemas de drenagem antes do período de chuvas intensas;
4. Informar quais obras de drenagem urbana estão atualmente em execução, previstas ou em estudo;
5. Informar se existem estudos para implantação ou ampliação de galerias de águas pluviais nos pontos críticos;





6. Informar se existem estudos técnicos para implantação de bacias de retenção, reservatórios, piscinões ou outras estruturas de contenção de águas pluviais;
7. Informar se o Município possui estudos para utilização de soluções de drenagem sustentável, como pavimentos permeáveis, jardins de chuva, áreas de infiltração e reservatórios de retenção.

IV – DOS RIOS, CÓRREGOS E CANAIS

1. Informar quais rios, córregos e canais do Município apresentam maior risco de transbordamento;
2. Informar se existe cronograma de limpeza e **desassoreamento de rios, córregos e canais**;
3. Informar quais ações são realizadas para retirada de lixo, entulho, vegetação excessiva e demais materiais que possam prejudicar o fluxo das águas;
4. Informar se existem estudos para recuperação e estabilização das margens dos cursos d'água que apresentam erosão ou risco de desmoronamento;
5. Informar quais ações estão sendo desenvolvidas para preservação e recuperação das áreas de proteção permanente existentes junto aos cursos d'água;
6. Informar quais medidas são adotadas nos locais que possuem histórico de transbordamento.

V – DO MONITORAMENTO E SISTEMA DE ALERTA

1. Informar se o Município possui atualmente sistema de monitoramento e alerta específico para enchentes e alagamentos;
2. Informar quais meios de comunicação são utilizados para alertar a população sobre situações de risco;
3. Informar se existe utilização de SMS, aplicativos, redes sociais, sirenes ou outros mecanismos de comunicação direta;
4. Informar quais critérios são utilizados para emissão de alertas à população;
5. Informar se existem protocolos diferenciados conforme a intensidade das chuvas e o nível de risco;
6. Informar se existem equipamentos de monitoramento instalados em pontos estratégicos;
7. Informar se há previsão de ampliação desse sistema.



VI – DO PLANO DE CONTINGÊNCIA E DA DEFESA CIVIL

1. Informar a situação atual do **Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil do Município de Itapevi**, indicando sua data de elaboração e última atualização;
2. Informar quais riscos relacionados às chuvas, enchentes, alagamentos, enxurradas e deslizamentos são contemplados pelo Plano de Contingência;
3. Informar quais órgãos municipais participam de sua execução;
4. Informar quais procedimentos são adotados pela Defesa Civil antes, durante e após eventos de chuvas intensas;
5. Informar se são realizados treinamentos e simulados de emergência;
6. Informar se existe previsão para atualização ou aperfeiçoamento do Plano de Contingência;
7. Informar se existe planejamento para integração do Plano de Contingência com um **Plano Municipal permanente de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos**.

VII – DA ATUAÇÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

1. Informar como ocorre atualmente a integração entre Defesa Civil, Guarda Civil Municipal, Secretarias Municipais e demais órgãos durante situações de emergência;
2. Informar se existe protocolo de atuação conjunta;
3. Informar quais veículos, máquinas, equipamentos e equipes podem ser mobilizados imediatamente em caso de enchentes ou alagamentos;
4. Informar se existe estrutura de comando e coordenação para situações de emergência;
5. Informar se são realizadas reuniões periódicas para avaliação dos pontos críticos;
6. Informar se existe relatório consolidado das ocorrências e providências adotadas.

VIII – DAS OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

1. Informar quais ações preventivas de limpeza e manutenção são realizadas nos sistemas de drenagem;
2. Informar quais máquinas, caminhões e equipamentos estão disponíveis para atendimento emergencial;





3. Informar quais obras de contenção e drenagem estão previstas para os pontos considerados críticos;
4. Informar se são elaborados laudos técnicos após enchentes, alagamentos, deslizamentos e demais ocorrências;
5. Informar quais medidas são adotadas para recuperação das vias públicas afetadas pelas chuvas;
6. Informar se os contratos de serviços terceirizados existentes contemplam mecanismos de mobilização emergencial de máquinas e equipes.

IX – DO MEIO AMBIENTE E DA FISCALIZAÇÃO

1. Informar quais ações são realizadas para preservação e recuperação de rios, córregos e Áreas de Preservação Permanente;
2. Informar quais medidas são adotadas para evitar ocupações irregulares em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos;
3. Informar como ocorre a fiscalização das áreas consideradas de risco;
4. Informar quais ações são desenvolvidas para impedir o descarte irregular de lixo em córregos, rios, ruas e sistemas de drenagem;
5. Informar quais campanhas de educação ambiental são realizadas;
6. Informar quais medidas são adotadas para incentivar coleta seletiva, reciclagem e reaproveitamento de resíduos.

X – DA SAÚDE PÚBLICA

1. Informar se existe protocolo específico da Secretaria Municipal de Saúde para atendimento da população atingida por enchentes;
2. Informar quais medidas são adotadas para garantir medicamentos, insumos e atendimento à população atingida;
3. Informar como é realizado o monitoramento da qualidade da água em situações de enchentes;
4. Informar quais campanhas são realizadas para prevenção de doenças relacionadas às águas contaminadas;





5. Informar quais medidas são adotadas para garantir condições sanitárias adequadas em eventuais abrigos provisórios.

XI – DA EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

1. Informar se são realizadas ações educativas nas escolas sobre prevenção de enchentes, preservação ambiental e descarte correto de resíduos;
2. Informar se existe planejamento para realização de campanhas educativas permanentes;
3. Informar se existe estudo para criação de uma **Semana Municipal de Conscientização e Prevenção às Enchentes**;
4. Informar quais ações são realizadas para orientar a população sobre procedimentos de segurança durante chuvas intensas.

XII – DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACOLHIMENTO

1. Informar se existe protocolo para atendimento de famílias desalojadas ou desabrigadas;
2. Informar quais equipamentos públicos podem ser utilizados como abrigos provisórios;
3. Informar como é realizado o cadastramento das famílias atingidas;
4. Informar quais recursos estão disponíveis para fornecimento de alimentos, água, roupas, colchões, produtos de higiene e demais itens necessários;
5. Informar quais medidas específicas são adotadas para proteção de crianças, idosos, pessoas com deficiência e demais pessoas em situação de vulnerabilidade.

XIII – DA MOBILIDADE URBANA

1. Informar quais medidas são adotadas para organização do trânsito durante enchentes e alagamentos;
2. Informar como ocorre a atuação dos agentes de trânsito nas áreas afetadas;
3. Informar quais equipamentos estão disponíveis para isolamento das áreas;
4. Informar se existem rotas alternativas previamente estabelecidas para regiões que possam ficar isoladas;
5. Informar se existe planejamento para transporte de pessoas desalojadas ou desabrigadas em situações emergenciais.



XIV – DOS RECURSOS E DA CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS

1. Informar quanto o Município investiu nos últimos exercícios em ações de prevenção e combate às enchentes e alagamentos;
2. Informar quais recursos estão previstos no orçamento municipal para essas ações;
3. Informar quais obras estão previstas para os pontos considerados prioritários;
4. Informar se o Município está buscando recursos junto aos Governos Estadual e Federal;
5. Informar quais projetos foram apresentados ou estão em elaboração para obtenção de recursos destinados a drenagem, contenção de cheias e prevenção de desastres;
6. Informar se o Município possui parcerias com universidades, instituições técnicas ou organizações especializadas para elaboração de estudos e projetos.

XV – DAS METAS E DO ACOMPANHAMENTO

1. Informar se existem metas municipais de curto, médio e longo prazo para redução dos pontos de alagamento e enchentes;
2. Informar como é realizado o acompanhamento das ações;
3. Informar se existe cronograma de execução das obras e intervenções necessárias;
4. Informar se existe relatório periódico contendo os principais pontos críticos, ocorrências registradas, obras realizadas e medidas futuras;
5. Informar se existe previsão de revisão periódica das ações de prevenção e combate às enchentes.

XVI – DA CRIAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL ESPECÍFICO

Por fim, **REQUEIRO** que o Poder Executivo informe:

1. Se há interesse e planejamento para criação de um **Plano Municipal de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos no Município de Itapevi**;
2. Caso positivo, qual a previsão para elaboração e implementação;
3. Quais Secretarias e órgãos participarão de sua elaboração;
4. Se serão estabelecidas metas, prazos, prioridades, responsáveis e mecanismos de acompanhamento;





5. Se o plano poderá contemplar a integração entre as ações estruturais de drenagem, obras, meio ambiente, Defesa Civil, saúde, assistência social, mobilidade, educação e comunicação;
6. Se haverá participação de profissionais técnicos, especialistas e representantes da sociedade civil na elaboração e atualização do plano;
7. Se o Poder Executivo poderá encaminhar a esta Casa de Leis informações e documentos relativos ao planejamento municipal existente e às ações previstas para prevenção e combate às enchentes e alagamentos.

Justificativa

Senhor Presidente:-

Senhores Vereadores:

O presente Requerimento tem como objetivo buscar informações e providências concretas para o fortalecimento das políticas públicas de **prevenção e combate às enchentes e alagamentos no Município de Itapevi**.

É importante destacar que o Município possui estrutura de Defesa Civil e Plano de Contingência voltado à atuação diante de situações de emergência. O objetivo deste Requerimento, portanto, não é desconsiderar ou substituir esse planejamento, mas **verificar sua atualização, efetividade e integração com ações permanentes de prevenção**, especialmente no que diz respeito às enchentes e alagamentos.

A experiência demonstra que o enfrentamento dos problemas provocados pelas chuvas não pode ocorrer somente no momento em que a emergência já está instalada.

É necessário trabalhar antecipadamente, identificando os pontos críticos, realizando obras, promovendo manutenção preventiva, monitorando os cursos d'água, fortalecendo os sistemas de drenagem e preparando a Administração Pública para agir rapidamente quando houver chuvas intensas.



Um Plano Municipal específico poderá estabelecer uma visão integrada de todas essas ações, permitindo que diferentes Secretarias e órgãos trabalhem de maneira coordenada.

A drenagem urbana constitui um dos principais instrumentos de prevenção. A manutenção e limpeza de bocas de lobo, galerias, canais e demais dispositivos precisam ocorrer de forma preventiva e planejada, especialmente antes dos períodos de maior incidência de chuvas.

Da mesma forma, a identificação dos locais onde a capacidade de drenagem é insuficiente é fundamental para que sejam planejadas obras de ampliação, construção de galerias e outras soluções estruturais.

Também merece atenção a situação dos rios, córregos e canais existentes no Município. O acúmulo de sedimentos, lixo e outros materiais pode comprometer o fluxo das águas e aumentar o risco de transbordamento.

Por isso, ações de limpeza, manutenção, desassoreamento e recuperação das margens devem ser realizadas de maneira planejada e observando-se a legislação ambiental.

Outro ponto de extrema importância é o **monitoramento e alerta da população**.

A utilização de equipamentos capazes de acompanhar os índices de chuva e as condições dos pontos críticos pode proporcionar informações importantes para atuação preventiva da Defesa Civil.

Da mesma forma, mecanismos de comunicação rápida, como SMS, aplicativos, redes sociais e outros canais oficiais, podem permitir que a população seja alertada sobre situações de risco, vias interditadas, áreas de alagamento e locais de abrigo.

A prevenção também depende da integração entre os órgãos municipais.

Em uma situação de emergência, Defesa Civil, Guarda Civil Municipal, Serviços Urbanos, Obras, Saúde, Assistência Social, Mobilidade, Comunicação e demais setores precisam possuir atribuições previamente definidas e condições para atuar conjuntamente.

O presente Requerimento busca justamente verificar como essa integração ocorre atualmente e quais medidas podem ser adotadas para aperfeiçoá-la.

A questão ambiental também possui relação direta com a prevenção das enchentes. A preservação das áreas de proteção permanente, dos rios e córregos e das áreas verdes contribui para a proteção dos recursos naturais e para o equilíbrio do sistema hídrico.





Da mesma forma, o descarte irregular de resíduos pode contribuir para o entupimento de bocas de lobo e galerias, agravando os efeitos das chuvas. Dessa forma, a educação ambiental e a fiscalização também devem integrar uma política permanente de prevenção.

É necessário ainda que o Município esteja preparado para atender as famílias eventualmente atingidas.

Em situações de emergência, é fundamental haver planejamento para disponibilização de abrigos, transporte, alimentos, água, medicamentos, produtos de higiene e atendimento social, especialmente para crianças, idosos, pessoas com deficiência e demais pessoas em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto relevante é a necessidade de **captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal**.

Obras de grande porte relacionadas à macrodrenagem, contenção de cheias, reservatórios e recuperação de cursos d'água podem demandar investimentos significativos. Por isso, é fundamental que o Município possua projetos, estudos e planejamento capazes de viabilizar a busca por recursos externos.

A criação de um Plano Municipal específico também permitirá estabelecer metas de curto, médio e longo prazo, definir prioridades, acompanhar resultados e dar maior transparência às ações realizadas.

Mais do que responder aos problemas depois que eles acontecem, é necessário **prevenir, planejar e agir antes que a água chegue às casas, comércio e vias públicas**.

A proteção da população deve ser prioridade.

Por essas razões, o presente Requerimento busca obter informações detalhadas sobre as ações atualmente desenvolvidas pelo Município e, principalmente, verificar a possibilidade de implementação de um **Plano Municipal de Prevenção e Combate às Enchentes e Alagamentos no Município de Itapevi**, integrado às estruturas e instrumentos de Defesa Civil já existentes.

Diante do exposto, **REQUEIRO** aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento, para que o Poder Executivo preste os esclarecimentos solicitados e adote as providências necessárias para o fortalecimento do planejamento municipal de prevenção e combate às enchentes e alagamentos, visando, sobretudo, **reduzir riscos, proteger o patrimônio e preservar vidas em Itapevi**.





Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 12 de Setembro de 2026.

THIAGO MOITINHO
VEREADOR/MDB

Requerimento Nº 2194/2026 - Documento assinado digitalmente em 12/09/2026. PROTOCOLO 21279/2026 - 12/09/2026 20:39 - . Para ver o arquivo original acesse
<http://siave.camaraitepevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar>
e informe a chave: 5225-Z31T-1RFH-ZAB9





Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=5225Z31T1RFHZAB9>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 5225-Z31T-1RFH-ZAB9



THIAGO HENRIQUE CAMPAGNARO MOITINHO

Vereador

Assinado em 12/09/2026, às 20:39:28